

## ESCREVER E LER ROMANCE NA ESCOLA

*Valéria Augusti\**

**Resumo:** O presente artigo trata do processo de escolarização do gênero romance no Brasil do Oitocentos. Para tanto, toma como parâmetros a grade curricular do Colégio Pedro II, bem como as obras escritas e/ou adotadas por seus professores no período compreendido entre 1860 e 1900. Percorrendo Tratados de retórica, Cursos de Literatura e Histórias Literárias procura compreender como se deu a apropriação desse gênero pelas disciplinas e formas editoriais escolares da referida instituição.

**Palavras-chave:** Romance. Século XIX. Escolarização.

### 1- Um gênero menor para um leitor sem qualidades

Em 1868, o retor e professor do Colégio Pedro II, Menezes Vieira, explicava que contra os preceitos da crítica era muito comum serem contrapostos os aplausos e elogios que os escritores recebiam do povo. Tais aplausos, observava, poderiam valer muito em favor das obras, mas neles não seria possível se fiar, uma vez que o dito povo, ou melhor dizendo, “a classe menos instruída da sociedade” nem sempre estaria preparada para discernir “o que é belo do que não é”. Imaginando alguém que porventura viesse em defesa da opinião dessa maioria, Menezes Vieira adiantava-se, esclarecendo que a opinião de um homem “que vê claramente porque é instruído e desapassionado” sempre teria mais valor do que “a de muitos que não vêem porque estão apaixonados”. Cegos e iludi-

---

\* UFPA

dos não seriam, pois, capazes do julgamento reto, fundado exclusivamente no conhecimento das regras da arte.<sup>1</sup>

Opinião semelhante tinha seu colega de ofício, o também retor Manoel da Costa Honorato. Nas *Synopses de Eloquência e Poética Nacional acompanhadas de algumas noções de crítica litteraria extrahidas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira*, explicava aos alunos que a crítica literária nada mais era do que “a arte que ensina a distinguir o verdadeiro merecimento dos autores”, mostrando os princípios do belo e prevenindo contra o respeito cego, propenso a valorizar o defeituoso. E arrematava: a crítica, assim compreendida, não deveria, pois, sujeitar-se ao “sentimento popular”, o qual, no mais das vezes, destituído dos necessários princípios de julgamento das artes.<sup>2</sup>

Foi justamente a esse “povo”, supostamente destituído do conhecimento da arte de bem julgar, que por longo tempo se atribuiu a leitura de um gênero cujo prestígio literário pode-se dizer ter sido construído a duras penas: o romance. Não é novidade o constrangimento sofrido por aqueles que se dedicaram a um gênero sem *pedigree*, já que destituído de uma preceptiva capaz de orientar sua leitura e escrita, tal qual ocorria com as poesias dramática, lírica ou épica, cujo valor literário era devedor da tradição grega e latina.<sup>3</sup>

A despeito das inúmeras tentativas que desde o século XVIII vinham sendo feitas no sentido de aproximar o romance dos gêneros clássicos<sup>4</sup>, as representações sobre sua leitura e escrita, bem como sobre seu público leitor, fazem-nos crer que seu prestígio estava longe de ser consolidado entre as elites letradas brasileiras, pelo menos até meados do oitocentos.

Não seria inútil, talvez, recorrer às memórias de José Alencar para compreender, afinal, um pouco do significado de que a leitura de romances foi revestida em boa parte daquele século. Relembrando as reuniões políticas ocorridas em sua casa, o romancista recordava que não havendo tais visitas de cerimônia, sua mãe e tia Florinda sentavam-se ao redor de uma mesa de jacarandá e ele era chamado a ocupar o papel de ledor, enquanto as senhoras cuidavam dos bordados. Em voz alta, lia até a hora do chá, repetindo os

<sup>1</sup>MENEZES VIEIRA. *Pontos de retórica e poética* segundo o programa do Imperial Collegio Pedro II e doutrinas dos srs. Freire de Carvalho e Borges de Figueiredo por ... RJ Typ. E Lith. Esperança de Santos e Vellozo, 1868, p. 69.

<sup>2</sup>HONORATO, Manoel da Costa. *Synopses de Eloquência e Poética Nacional acompanhadas de algumas noções de crítica litteraria extrahidas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira* por Manoel da Costa Honorato, professor de Oratória e Poética cônego honorário da Cathedral e Capella Imperial, bacharel formado em Ciências Sociaes e jurídicas pela faculdade de Direito de Recife (...) Rio de Janeiro, Typ. Americana de Eduardo Augusto de Oliveira, 1870, p. 235.

<sup>3</sup>ABREU, Márcia Azevedo de. *Os caminhos dos livros*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.

<sup>4</sup>Foi o que tentou fazer Henri Fielding no prefácio a *Joseph Andrews*, afirmando que tentara criar um gênero semelhante à epopéia, que poderia ser categorizado como “poema épico-cômico em prosa”. Cf. VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

trechos solicitados e participando das reações do auditório que, vez ou outra, interrompia-o para ralar da malvadeza de certa personagem ou então se solidarizar com o herói perseguido. Não raro, fazia-se acompanhar das emoções do auditório, caído em prantos. Foi a essa leitura, coletiva, oralizada e marcada pela emotividade, que Alencar suspeitava dever sua predileção pelo romance.<sup>5</sup>

Verdadeiro ou não, seu relato participa de um universo de representações que envolveu o gênero por longo tempo. Supostamente destinado às mulheres, acreditava-se que pudesse, inclusive, representar verdadeiro perigo aos costumes, fazendo-as comportar-se tal qual as heroínas, nem sempre consideradas modelo de conduta ou até mesmo desejar viver como elas, tornando-se insatisfeitas com suas próprias vidas, tal qual ocorria a Madame Bovary.

Por não requerer uma série de procedimentos de interpretação como aqueles exigidos pelos gêneros clássicos, tornando-se acessível a qualquer um que porventura soubesse ler ou mesmo ouvir — como era o caso do auditório de Alencar —, a leitura de romances era comumente desvalorizada. Daí inúmeras vezes a crítica referir-se a ele como um gênero destinado ao povo, a quem se atribuía certa incapacidade para compreender literatura séria. A homens como Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, parecia natural afirmar que o romance era uma leitura agradável, “quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos”. Por seu intermédio, argumentava, seria possível “moralizar e instruir o povo fazendo-lhe chegar ao conhecimento de algumas verdades metaphysicas, que aliás escapariam a sua compreensão”.<sup>6</sup> Não consta que o autor do romance *Vicentina*<sup>7</sup>, que suscitara tais considerações, tenha se ofendido com as palavras proferidas por seu colega na revista *Guanabara*, afinal, a essa época, não se imaginava outra utilidade para a leitura de romances que não fosse deleitar e instruir.

É de se supor também, que a escrita de romances não fosse, pelo menos aparentemente, levada muito a sério. Se para dedicar-se aos gêneros tradicionais era necessário tanto o conhecimento de suas respectivas regras de composição, quanto o contato com os melhores exemplos do gênero, o mesmo não ocorria com o romance.<sup>8</sup> As representações dos próprios romancistas sobre suas práticas de escrita sugeriam ser necessário pouco esforço e conhecimento para produzir um exemplar do gênero. Por vezes alegavam nos prefácios de suas obras tê-las escrito em momentos de ócio, nos quais estariam desocupados de assuntos sérios. Pelo menos foi algo assim que ocorreu a Joaquim Manoel de Macedo afirmar no prefácio de *A Moreninha* (1844). Dirigindo-se amigavelmente ao leitor,

<sup>5</sup> ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 1ª edição 1873. Disponível em [www.virtualbooks.com.br](http://www.virtualbooks.com.br).

<sup>6</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Vicentina*. *Guanabara, revista mensal, artistica, scientifica e litteraria* redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, p. 17-20, março de 1855.

<sup>7</sup> O autor do romance *Vicentina* é Joaquim Manoel de Macedo.

<sup>8</sup> ABREU, Márcia Azevedo de. Op. cit. .

dizia tê-la feito vir à luz em dias de “desenfado e folga”, por ocasião de suas férias na cidade de Itaboraí.<sup>9</sup> Anos antes, Pereira da Silva, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), utilizara argumento semelhante por ocasião do lançamento de seu romance *Jerônimo Corte Real* (1840), em que afirmava: “Para entreter uns dias de plena ociosidade, escrevi este romance fundado em fatos verdadeiros da história da descoberta e uso do café, que tão interessante se tornou para a nossa pátria. Parece-me o assunto útil e agradável (...).<sup>10</sup>

Desprovido de uma preceptiva firmada pela tradição; destinado a um público que se acreditava pouco instruído e desprovido de gosto; supunha-se que tão somente restasse ao gênero oferecer modelos de conduta edificantes ao leitor. Finalidade pragmática, inspirada no preceito horaciano *utili et dulci*, o romance via-se, pois, envolto em um conjunto de representações que em praticamente nada contribuía para dar-lhe dignidade literária considerável.

Não é de se estranhar, portanto, que seu processo de escolarização representasse verdadeiro desafio ainda no século XIX, causando temores inclusive entre os franceses, que somente ousaram dá-lo a ler nas escolas quando o século XX anunciou sua chegada.<sup>11</sup> Até então, sentiram-se seguros oferecendo aos alunos os exemplares das obras de Corneille, Molière e Racine, pouco importando o sucesso alcançado por seus romancistas, que haviam conquistado o mercado estrangeiro, chegando a preocupar as elites letradas das nações cujas literaturas, em franca emergência, sofriam concorrência com o produto francês.

Apesar da influência francesa sobre a cultura e a educação das elites letradas brasileiras<sup>12</sup>, o conservadorismo de seu cânone escolar não assustou os professores à frente do mais prestigiado colégio do Brasil oitocentista — o Pedro II. Foi em suas fileiras que o romance, muito precocemente se comparado à pátria de Ponson du Terrail, Alexandre

<sup>9</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *A Moreninha*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>10</sup> SILVA, Pereira da. Prólogo In: SALLES, Germana Maria Araújo. *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. 2003. Tese (doutorado). Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2003, p. 225.

<sup>11</sup> Preocupada em formar não somente o gosto, identificado com os autores e obras do classicismo, como também gerações sãs e vigorosas do ponto de vista moral, a historiografia francesa temia que determinadas obras pudessem propagar a ironia e o ceticismo, capazes de por em causa a ordem social. Tendo isto em vista, não é de se estranhar a ausência do romance nos programas das instituições de ensino francesas oitocentistas, uma vez que entre as principais acusações sofridas pelo gênero desde o seu surgimento estava a de que ele representava verdadeiro perigo às instituições sociais em virtude do fato de apresentar ao leitor modelos de conduta viciosos. Além disso, o gênero desrespeitava a doutrina clássica já que sequer era por ela previsto. Cf. JEY, Martine. *La littérature au lycée: Invention d'une discipline (1880-1925)*. Metz: Université de Metz, 1998.

<sup>12</sup> Durante parte do século XIX os programas de ensino no Colégio Pedro II basearam-se no modelo francês, enfatizando, por consequência, o paradigma clássico predominante nessa nação. Cf. RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura*. Tese de doutorado. UNICAMP: IEL, 2000, p. 29-31.

Dumas e Balzac, tornou-se, a partir da década de 60 do século XX, objeto de prática de ensino das disciplinas de retórica e literatura nacional.

## 2- A conquista das disciplinas

O que fazer com um gênero cuja leitura selvagem, desprovida de regras e de controle, agradava a um número cada vez maior de leitores? Talvez tenha sido essa a pergunta que se fizeram os professores do Colégio Pedro II quando resolveram conduzir o romance aos bancos escolares. Talvez tenham concluído que ensinar a avaliar e a comprar os exemplares do gênero fosse uma boa maneira de controlar o que lhes parecia incontrollável: as escolhas do público leitor.<sup>13</sup> Ao pretender interferir nessas escolhas, dando a ler uma parcela seleta das obras disponíveis no mercado e procurando determinar as regras de avaliação e composição do gênero, a instituição escolar acabou, no entanto, por fornecer as bases necessárias a sua valorização entre as elites letradas.

Os primórdios dessa história, que narra o processo por meio do qual um gênero literário desvalorizado passou a ser concebido como um importante instrumento de construção da nacionalidade e da língua, não se inicia e tão pouco termina na escola, mas tem nela seu principal meio de fixação.<sup>14</sup> E no século XIX, tornar-se objeto de ensino do Colégio Pedro II significava, por certo, ganhar espaço nas demais instituições escolares, que o tinham como modelo a ser seguido. Assim sendo, o que se irá narrar a partir de então é a trajetória do romance nas disciplinas e obras adotadas por essa instituição, que personificou a excelência em termos de ensino ao logo de todo aquele século.

Um primeiro passo nessa direção teve início em 1862, quando Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, lente responsável pela cadeira de “Poética e Literatura Nacional”, publicou o primeiro compêndio a tratar do gênero nessa instituição: o *Curso de Literatura Nacional*.<sup>15</sup> No prefácio à obra esclarecia que a havia escrito especialmente para dar conta da “última parte do curso”, ou seja, dos conteúdos relativos à literatura brasileira, para a

---

<sup>13</sup> Não é desconhecida a preferência dos leitores brasileiros pelo romance desde o período colonial. As suspeitas dos moralistas, filósofos e homens de letras com relação ao gênero parecem não ter assustado aqueles que se dirigiam às instituições responsáveis pela censura dos livros, solicitando o envio de seus exemplares para a colônia portuguesa. E o ânimo desses leitores parece não ter se arrefecido no período subsequente, animando a produção local a ponto de aqueles que hoje são reconhecidos como os precursores do gênero no Brasil — Teixeira e Souza e Joaquim Manoel de Macedo — não terem interrompido sua iniciativa nas primeiras experiências, acabando por produzir uma série significativa de romances. Cf. ABREU, Márcia Azevedo de. Op. cit.

<sup>14</sup> Sobre o papel da imprensa na consagração do romance conferir: AUGUSTI, Valéria. *Trajétórias da consagração: discursos da crítica sobre o romance no oitocentos*. Tese (doutorado). Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2006.

<sup>15</sup> Sobre os programas de ensino do Colégio Pedro II, cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. RJ: EdUERJ/EdUFF, 1999, p.168.

qual afirmava não haver ainda obra adequada.<sup>16</sup> Apesar disso, a cronologia estabelecida para a disposição do *corpus* iniciava-se em 1140, revelando que o adjetivo “nacional”, presente no título da obra, estava longe de referir-se tão somente à literatura brasileira. Acreditando que esta última encontrava-se em franco processo de constituição, preferia, assim, falar na existência de uma literatura luso-brasileira.<sup>17</sup> Não é de se admirar, portanto, que ao tratar do romance, tenha se atido tão somente a exemplares portugueses<sup>18</sup>, deixando de fora da primeira edição de sua obra os romancistas brasileiros que lhe eram contemporâneos. Essa escolha sem dúvida nenhuma tinha suas vantagens, afinal evitava os dissabores de ter de escolher e tecer considerações sobre autores ainda vivos, muitos dos quais provavelmente pertencentes a seu círculo de relações, como era o caso de Joaquim Manoel de Macedo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).<sup>19</sup> Mais relevante que essa ausência, em grande medida esperada em uma História Literária, foi a tentativa em que se empenhou no sentido de definir o gênero. Para Fernandes Pinheiro, o romance consistia em uma espécie de “transição entre a poesia e a prosa”; conservando da primeira a “faculdade inventiva” e da segunda, “a naturalidade da phrase”. Se atualmente tal definição pode nos parecer um tanto estranha, interpretada à luz da ausência de preceptiva sobre o gênero, demonstram a ousadia do empreendimento. Mas era no campo das exigências e dos efeitos da leitura que o autor do *Curso* percebia as mais significativas diferenças entre a poesia e o romance. A primeira, afirmava, exigia atenção redobrada do leitor, produzindo fadiga e fácil esquecimento; o segundo, em virtude do uso de uma linguagem “prosaica”, seria menos fatigante, resultando em uma melhor compreensão por um número maior de leitores. Teoria da leitura ou de seus efeitos, pouco importa, fato é que Fernandes Pinheiro encontrava uma maneira de legitimar a presença do romance em um compêndio escolar, ressaltando-lhe as qualidades que imaginava possuir. Também o fazia por outro viés, buscando atribuir-lhe uma origem recuada no tempo, a partir de um repertório de obras que com ele guardaria parentesco no que tange a seus fins: “Lançaram em todas as epochas mão d’este meio d’instruir deleitando os mais abalisados auctores; a Grécia nos offerece o exemplo do grande Xenophonte escrevendo a sua Cyropedia, e apresenta-nos a litteratura latina em Quinto Curcio um distincto romancista histórico”.<sup>20</sup> Agora o romance parecia ter, afinal, uma raiz nobre, fincada, tal qual os demais gêneros, em solo greco-latino. Revestido de tal nobreza, em 1863 entrava

<sup>16</sup> PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. VII.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>18</sup> Os romances analisados pelo cônego eram *Menina e Moça* e *Palmeirim da Inglaterra*.

<sup>19</sup> Joaquim Manoel de Macedo e Teixeira e Sousa seriam incluídos apenas na 2ª edição dessa obra, publicada em 1883. As correções e acréscimos dessa edição, realizadas pelo sobrinho do cônego, tiveram por referência o *Resumo de História Literária*, obra de 1872.

<sup>20</sup> PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.* p. 116.

oficialmente para o programa do Colégio Pedro II, do qual até então não constituía item específico de ensino, apesar de estar presente no *Curso* de Fernandes Pinheiro.<sup>21</sup>

A situação do romance permaneceu a mesma até 1865, quando a obra *Lições de Eloquência Nacional*, de Francisco Freire de Carvalho, passou a ser utilizada na disciplina de “Retórica e Gramática Filosófica”. A essa altura, há quem possa, certamente, perguntar-se: que relação poderia haver entre o gênero romance e a eloquência? Os mais familiarizados com o domínio da arte da persuasão certamente pensariam tratar-se de um equívoco, afinal não seria ela destinada a legislar sobre os gêneros epidítico, judiciário e deliberativo? No entanto, os tempos eram outros e a conclusão a que chegaram os retores não foi bem essa. Respaldados pelos longos debates sobre o romance, muitos dos quais alicerçados sobre a crença de que sua leitura era capaz de surtir efeitos sobre as ações dos homens, levando-os a conduzir suas vidas conforme a dos personagens, os retores acharam por bem fazê-lo avizinhar-se dos gêneros que tinham finalidade semelhante. Além disso, difícil seria incluí-lo em um compêndio de Poética, já que desprovido de versificação. Se a classificação do gênero no interior das artes retóricas pode ser assim explicada, o mesmo não é possível dizer a respeito do fato de o gênero constar apenas na 4ª edição das *Lições de Eloquência Nacional*, publicada em 1850. Uma pista capaz de dar resposta a essa inquietação pode ser encontrada no texto que abre o capítulo XXIX das *Lições*, denominado “De outros gêneros de composição, que entram no domínio da eloquência, tomada em toda a extensão desse vocábulo”. Tratando do romance, o autor explica:

§40 Este Gênero de composição, frívolo na aparência, mas tão acolhido hoje pela Mocidade dos dous sexos, e até por grande numero de indivíduos de idade madura, tem uma grande influencia sobre os costumes, e sobre o Gosto: e merece por isso ser dirigida pela sã e illustrada critica litterária.<sup>22</sup>

Eis que se revela, assim, um aparente paradoxo, capaz de dimensionar o significado da apropriação do romance pelos domínios da retórica. Técnica privilegiada e ao mesmo tempo prática social de caráter distintivo, já que acessível a poucos<sup>23</sup>, a retórica via-se obrigada a legislar sobre um gênero em virtude de sua aceitação pelo público leitor mais amplo. Mais ainda: pretendia exercer-lhe o controle não apenas por causa de sua influência sobre o costume, crença até então largamente difundida, mas também sobre o

<sup>21</sup> O romance passou a ser item de ensino da disciplina de Literatura Nacional no ano de 1863. Cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. Op. cit. p.169.

<sup>22</sup> CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições Elementares de Eloquência Nacional*. 6ª edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1861, p. 278.

<sup>23</sup> A respeito do caráter distintivo da retórica, cf. BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: *Pesquisas de Retórica*. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

gosto, terreno ocupado apenas pelos gêneros de reconhecida nobreza, aos quais se credi-tava a tarefa de formação do estilo.

Novas mudanças se deram em 1870, com o surgimento da disciplina de História da Literatura em geral e especialmente da portuguesa e nacional.<sup>24</sup> O *Resumo de História Literária*<sup>25</sup>, escrito especialmente para a disciplina, representou alargamento considerável do *corpus* relativo ao romance, que passou a incluir exemplares franceses e ingleses dos séculos XVIII e XIX, bem como parcela da produção nacional. Pela primeira vez os alunos do Colégio Pedro II tinham a oportunidade de discutir em sala de aula a produção ficcional de romancistas europeus e nacionais prestigiados pelos leitores brasileiros.<sup>26</sup> No entanto, devem ter sofrido forte decepção, pois *best-sellers* como Alexandre Dumas e Victor Hugo não agradavam muito ao autor do compêndio, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que os acusava de propagarem “sedutoras doutrinas”. O primeiro, dizia, falseava a história para torná-la pitoresca, apresentado “heróis fúteis”; e o segundo, em romances como *Os Miseráveis*, manifestava a “singular phantasia de resolver todos os problemas sociais”, o que lhe parecia por demais inadequado.<sup>27</sup> Restavam os romancistas ingleses que, para a sorte de seus admiradores, sobreviviam à avaliação crítica do professor. Richardson, apesar de possuir um estilo que considerava “ordinariamente frouxo”, parecia-lhe muito eloquente e original em certas ocasiões.<sup>28</sup> Fielding também o agradava, particularmente pela “verdade dos seus quadros” e pela habilidade com que conduzia as intrigas.<sup>29</sup>

Entretanto, o sucesso da prosa de ficção estrangeira entre os leitores brasileiros não lhe parecia nem um pouco positiva. Preocupado com o fato de ela ter “inundado” o mercado editorial, entendeu ser necessário vir em defesa de obras que retratassem os “usos e costumes nacionais”.<sup>30</sup> Movido por essa intenção, fez com que o romance *A Moreninha* participasse, pela primeira vez, do cânone escolar. Porém, sem muito brilho.

<sup>24</sup> O convívio das disciplinas clássicas de Poética e Retórica com a de Literatura teve fim em 1870. Nessa ocasião, a disciplina de “Retórica e Poética” passou a ser ministrada no 6º ano escolar, separadamente da de “História da Literatura em Geral”, ministrada no 7º. No entanto, para ambas as disciplinas, um único compêndio foi adotado: o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, de Fernandes Pinheiro. No programa do 7º ano, foi mantido o item “romancistas”, introduzido em 1865. Muito embora o compêndio adotado a princípio se mantivesse o mesmo — o *Curso de Literatura Nacional* —, três anos depois ele seria substituído pelo *Resumo de História Literária*.

<sup>25</sup> PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de Historia Litteraria*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. 2 vols., s.n.

<sup>26</sup> Não há notícia sobre as obras adotadas pelo Colégio Pedro II no período de 1874 a 1876. No ano de 1877 não consta a adoção do *Resumo* e em 1878 também. O autor falece em 1876. Em 1882 ele seria adotado novamente, em conjunto com a obra *O Brasil Literário*, de Ferdinand Wolf e, em 1898, com a *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero. Conferir: RAZZINI, Maria de Paula Gregório. Cronologia do ensino de português e literatura In: \_\_\_\_\_ Op. cit. pp. 272-293.

<sup>27</sup> PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. Op.cit., 1882, p. 233.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 283.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 284.

<sup>30</sup> *Ibidem*, pp. 466-467.



Sim, notava-lhe os “bem desenhados personagens” e o “vivo e sustentado diálogo”, mas a carência de igualdade de estilo revelava, em sua opinião, a “mão ainda pouco adestrada” do autor. Além disso, o “tom familiar” utilizado na narrativa, a que creditava seu grande sucesso entre a “opinião pública”, seria na verdade um defeito que não escapava ao olhar de leitores mais exigentes do que as damas e donzelas da corte.<sup>31</sup> Melhor sorte como romancista acreditava ter tido Teixeira e Souza em *Os três dias de um noivado*. Ao romance escrito em versos, Fernandes Pinheiro reservava os mais efusivos elogios, considerando-o verdadeira obra prima em virtude da “suma habilidade” com que teria combinado “o elemento poético e o romanesco”.<sup>32</sup>

Mesmo sem muito entusiasmo quanto a excelência dos exemplares nacionais, o autor do *Resumo* considerava não ser mais possível reduzir o romance à “ficção d’uma aventura amorosa escripta com arte em prosa para instrução e recreio dos leitores”. Era necessário reconhecer que àquele momento certos exemplares do gênero já teriam atingido a “categoria d’uma narração épica”, sentenciava.<sup>33</sup>

Alçado ao estatuto do gênero épico pelo lente da disciplina de História da Literatura, o romance ganhou prestígio suficiente para, quatro anos depois, romper a última fronteira disciplinar no interior do Colégio Pedro II. Assim, em 1877, os alunos recém ingressos<sup>34</sup> na instituição já podiam tomar contato com o gênero por meio da *Seleção Nacional: Curso Prático de Literatura Portuguesa*, adotada para a disciplina de Português. A obra de Caldas Aulette, professor do Liceu de Lisboa, compunha-se de três volumes, o primeiro dedicado à Literatura, o segundo à Oratória, e o terceiro à Poesia. Foi no primeiro deles<sup>35</sup> que, aos pedaços, o romance passou a servir aos exercícios de recitação e composição: após repetirem seguidamente seus excertos até que fossem pronunciados com “clareza e inteligência” os alunos eram solicitados a realizar em seguida uma narração em voz alta, utilizando o maior número de palavras oriundas do texto original. Algo semelhante lhes era proposto nas atividades de composição, que também requeriam leituras sucessivas de um determinado texto para, logo após, produzirem um de sua própria lavra, cujo resultado deveria, necessariamente, assemelhar-se à excelência alcançada por aquele que lhes servira de modelo.<sup>36</sup> E que textos eram esses? Na primeira edição da *Seleção*, tão somente os representantes da prosa de ficção portuguesa, tais como *Menina e Moça*, de Bernardim

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 466.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 467.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>34</sup> Em 1877, o primeiro volume da obra, dedicado à literatura, seria adotado para o 1º ano escolar e, a partir de 1881, para o 1º e 4º anos.

<sup>35</sup> Esse volume teve pelo menos cinco edições: uma primeira em 1873, uma segunda em 1876 e uma quinta em 1882. A *Seleção* permaneceu nos programas de ensino até pelo menos 1882.

<sup>36</sup> Ibidem, pp. V-VI.

Ribeiro e *Monge de Cister*, de Alexandre Herculano.<sup>37</sup> Tal qual ocorrera com a disciplina de História da Literatura, o romance brasileiro era incorporado aos poucos, timidamente, vindo a fazer parte da obra de Aulette somente a partir de sua segunda edição que, publicada em 1876, trazia excerto de *Iracema*.<sup>38</sup> Apesar disso, era recebido com galas, já que representado por autor a respeito de quem se afirmava ser não apenas “o mais imaginoso romancista e distinto phylologo brasileiro”, como também o mais estimado e conhecido dos romancistas brasileiros na Europa.<sup>39</sup>

Para que um romancista brasileiro viesse a ocupar tal posição no interior do sistema formal de ensino foi necessário ao romance receber o aval da história literária, passando também pelo processo normatizador da retórica. A partir do momento em que passou a servir também ao ensino da língua, todas as demais transformações relativas a seu processo de escolarização, muito embora significativas, consistiriam, como se verá a seguir, em acomodações no interior de terrenos já conquistados.

### 3- E o teu futuro espelha essa grandeza

Com a chegada da década de 80, a problemática da nacionalidade tomou de assalto praticamente todos os domínios em que o romance se fixara. Esse processo teve início ainda em 1879, com a adoção d’O *Brasil Literário* de Ferdinand Wolf para a disciplina de “Retórica, Poética e Literatura Nacional”. Muito embora publicada originalmente em 1862 — fato que teve implicações significativas para a elaboração do *corpus* canônico, como o silêncio a respeito de José de Alencar —, a obra de Wolf significou o fim do império de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nos domínios da história da literatura, bem como o surgimento de uma nova forma de ensiná-la, dessa vez completamente desvinculada da literatura portuguesa.<sup>40</sup> Proclamava-se, assim, a independência da literatura brasileira, fixando seu marco inicial no momento exato em que se dera a independência política da nação.<sup>41</sup> Unidas, política e literatura constituíam, pois, um só corpo, de forma

<sup>37</sup> CALDAS AULETTE, F. Julio. *Selecta nacional: Curso pratico de litteratura Portugueza*. Primeira Parte por F. Julio Caldas Aulette, professor do Lyceu Nacional de Lisboa e deputado as cortes em diferentes legislaturas, etc. Aprovada para uso das escolas primarias e dos lyceus nacionaes. (Diário do Governo 9 de marco de 1876) Segunda edição augmentada. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira editor, 1876.

<sup>38</sup> No verso da página de rosto dessa edição informava-se: “A propriedade d’esta edição pertence no Império do Brazil, para todos os effeitos legaes, ao súbdito Brasileiro Ernesto Lins de Hollanda. Vende-se em casa de Lima e Hollanda, no Para, e nas principaes livrarias do Rio de Janeiro”. Assim sendo, pode-se supor que a inserção do excerto de *Iracema* estivesse relacionada à circulação editorial da obra no Brasil. *Ibidem*, s.n.

<sup>39</sup> CALDAS AULETTE, F. Julio. *Op. cit.* p. 131.

<sup>40</sup> Assim como os compêndios de Fernandes Pinheiro, a obra de Wolf permaneceu longo tempo nos bancos escolares, sendo utilizada pelo Colégio Pedro II até a Proclamação da República, quando foi substituída pela *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero.

<sup>41</sup> MOISAN, Clément. *Qu’est-ce que l’histoire littéraire?* Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

que onde grassava um povo livre do jugo colonial, acreditava-se grassar também uma literatura livre dos modelos da metrópole. Pensando assim é que Ferdinand Wolf desconsiderou a possibilidade de existência do romance nacional antes de 1822. Ainda que se quisesse imitar a metrópole nessa seara, afirmava, os brasileiros ficariam a ver navios, pois em sua opinião Portugal carecia de exemplares modernos do gênero. Assim sendo, os moldes que teriam servido de inspiração aos primeiros romancistas brasileiros seriam, na verdade, oriundos das traduções de obras inglesas, francesas e mesmo alemãs que circulavam por aqui. Bem servidos por uma diversidade delas, escritores brasileiros como Joaquim Manoel de Macedo e Antonio Gonçalves Teixeira e Souza teriam, a seu ver, não somente se igualado a seus congêneres europeus, como também demonstrado grande talento para tratar dos usos e costumes nacionais.<sup>42</sup> Comentando o *Forasteiro*, de Joaquim Manoel de Macedo, observava que nessa obra o romancista conseguira assemelhar-se a Walter Scott, sobretudo em virtude da “minúcia com o que descre[via] os costumes, usos, a região, etc”.<sup>43</sup> Diferentemente de Fernandes Pinheiro, que considerara o aspecto moral um importante critério de avaliação da prosa de ficção nacional e estrangeira, Ferdinand Wolf transformava aquilo que acreditava serem índices de nacionalidade em filtros a partir dos quais compunha o *corpus* ficcional de sua história literária. Por essa razão, pouco importava que os exemplares nacionais do gênero tendessem para o misterioso ou melodramático, que as intrigas fossem complexas, ou que houvesse episódios demais e, por vezes, moralidade de menos. Ainda que notasse tais características e as considerasse não muito desejáveis, fazia-lhes vista grossa, valorizando o que lhe parecia mais relevante: a representação do que acreditava ser a realidade nacional.

A ênfase nacionalista foi forte durante toda a década de 80, atingindo também a disciplina de Português que, em 1881, teve o compêndio de Aulette substituído pelo *Curso de Literatura Brasileira* de Mello Moraes Filho. Com o propósito claro de dar a conhecer o Brasil do ponto de vista natural, histórico e de costumes, o folclorista agrupou os textos em prosa no interior de dois grandes tópicos: “Quadros e Descrições” e “Narrações”. Em cada um deles dispôs um conjunto de excertos, extraídos das mais diversas obras, dando-lhes um título temático de sua própria lavra. Pouco preocupado em discutir questões relativas às especificidades dos gêneros literários ali presentes, o autor selecionou 22 excertos para compor o primeiro tópico, sendo a maioria deles (19) extraídos de romances e outros (5) de fontes diferenciadas, desde relatos de viagem a textos de natureza religiosa. Foi graças a essa obra que os alunos do Colégio Pedro II puderam, pela primeira vez, ter contato em sala de aula com romancistas que lhes eram contemporâneos, como Franklin Távora, Machado de Assis, Salvador de Mendonça, entre outros. Ainda

---

<sup>42</sup> WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário: História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. (1ª edição: 1862), p. 346.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

assim, Joaquim Manoel de Macedo continuava sendo muito prestigiado, a se pautar pelos três excertos de seus romances ali reproduzidos.<sup>44</sup> Em termos de representatividade, era seguido por Teixeira e Sousa, Bernardo Guimarães, Manoel Antonio de Almeida e José de Alencar, cada um deles com dois excertos. Logo atrás vinham Franklin Távora, Celso de Magalhães, Salvador de Mendonça, Machado de Assis, Joaquim Felício dos Santos e José Maria Velho, todos eles com apenas um excerto. Se quantidade fosse termômetro de prestígio, a maior parte desse último grupo por certo não fizera boa figura, pois no tópico seguinte, o das “Narrações”, compareciam novamente José de Alencar, Franklin Távora, Joaquim Manoel de Macedo e, pela primeira vez, Araripe Junior.

Comparando-se o *Curso de Literatura* de Mello Moraes Filho com a *Seleção* de Caldas Aulette percebe-se claramente a importância da obra do folclorista brasileiro para a nacionalização e atualização do *corpus* de textos utilizado nas aulas de língua portuguesa. Como nenhum outro o faria ao longo do século XIX, Mello Moraes Filho incorporou em seu compêndio diversas gerações de romancistas, muitos dos quais até então ausentes do cânone instituído pelas histórias literárias adotadas pelo Colégio Pedro II.

Essa tendência no sentido de discutir obras brasileiras em sala de aula não foi acompanhada pelos compêndios de retórica, pois, ao contrário daqueles destinados ao ensino da literatura nacional, que tinham por finalidade inserir o romance no interior de um quadro histórico, fixando seus exemplares mais significativos, a ênfase daqueles adotados para o ensino de retórica recaía sobre a teoria e regras de composição dos gêneros, entre os quais se incluía o romance.

Assim, o autor do *Compêndio de Retórica e Poética para uso dos alunos do colégio Pedro II*, adotado juntamente com a obra de Ferdinand Wolf para a disciplina de “Retórica, Poética e Literatura Nacional”, reunia seus esforços para resolver um problema espinhoso: definir o romance, distinguindo-o da novela e do conto. A tarefa não era das mais fáceis, mas Manoel da Costa Honorato explicava: “Distingue-se o conto do romance em ser aquele o termo genérico empregado em todas as narrações fictícias, sejam curtas ou extensas”. O romance, por sua vez, seria necessariamente uma narração extensa. No entanto, o conto poderia, a seu ver, ocupar poucas páginas, ou mesmo ser longo. A novela, continuava, “só distingue-se do conto e do romance no fundo, porque a forma é idêntica a destes: é um romance de pequena dimensão, cujo assumpto é apresentado com ar de novidade, ou ao menos pouco sabido.” E concluía observando que “essas espécies de leituras ligeiras” teriam como forma essencial “encadear as aventuras de sorte que se encaminhem ao desfecho desejado pelo leitor”.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Joaquim Manoel de Macedo foi o único romancista a ter três excertos de suas obras reproduzidos.

<sup>45</sup> HONORATO, Manoel da Costa. *Compêndio de Rhetorica e Poética*. 4ª edição consideravelmente aumentada. Adaptado ao Programa do Imperial Colégio Pedro II pelo cônego (...). Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita, 1879, p. 152.

O leitor poderia se perguntar, então, como distinguir o conto do romance se ambos porventura viessem a ser extensos? Também poderia se questionar sobre o assunto de que seriam feitos, afinal o retor parece ter se esquecido de explicá-lo, ao contrário do que fizera com as novelas. Essa dificuldade em estabelecer fronteiras claras entre romance, conto e novela não era novidade e tão pouco seria facilmente resolvida. Nas *Lições Elementares de Eloquência Nacional*, Francisco Freire de Carvalho também enveredara em terreno semelhante, tentando distinguir romance de novela a partir do assunto por eles tratado. Caso o autor se pautasse tão somente em sua imaginação, sem estabelecer qualquer relação entre a narrativa e a realidade, poder-se-ia denominá-la novela; caso se baseasse em “fatos consignados da história”, tratar-se-ia de um romance histórico. No entanto, sequer fazia menção à prosa ficcional que porventura não se enquadrasse em nenhuma dessas categorias, como era o caso do romance moderno. Na terceira edição (1885) das *Postillas de Retórica e Poética*, Joaquim Caetano Pinheiro também fizera considerável esforço nesse sentido. Denominava romances as “narrativas de aventuras e paixões imaginárias” e novellas e contos, os romances de pequena dimensão. Portanto, a matéria de todos eles seria semelhante, exceção feita ao romance histórico, cuja natureza e procedimentos formais de composição guardaria certa especificidade em comparação aos demais: “O romance histórico é uma composição mixta, que participa da historia, quanto á ideia principal e á existencia real dos personagens do primeiro plano, e do romance, no desenvolvimento da acção, nos episodios, e no caracter dos personagens subalternos”.<sup>46</sup>

A situação tornava-se ainda mais complexa ainda quando algum deles resolvia discutir as diversas “espécies” de romances existentes, como foi o caso de Manoel da Costa Honorato. Segundo acreditava, havia o “romance de costumes”, espécie em que se apresentavam os costumes de uma determinada sociedade. Como uma variedade desse primeiro, existia também o “romance íntimo”, sustentado pelo desenvolvimento de um ou dois caracteres, com ênfase na exposição dos sentimentos. Além dos anteriores, podia-se falar no “romance de intriga”, em que os acontecimentos seriam encaminhados de forma a “empenhar cada vez mais o leitor”. Mas esse não era, a seu ver, muito estimável, pois apesar de prender a imaginação durante horas, pouco resultado útil deixava. Outro tipo de romance, o “histórico”, seria responsável por descrever um personagem assistindo a uma ação real e conhecida, porém envolta em circunstâncias que teriam sido desprezadas pela história. Mas os tipos de romance não se esgotavam nos já apresentados, havendo também os “destinados à educação das crianças” e o “romance fantástico ou maravilhoso”, comumente chamado de contos de fadas. Nesse caso, observava, os personagens resultavam da “pura imaginação”, sendo dotados de “poder sobrenatural”. Por fim, ainda

---

<sup>46</sup> PINHEIRO, Cónego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Postillas de Rhetorica e Poetica*, dictadas aos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II pelo respectivo professor [...]. 3. ed. revista e melhorada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885. (1. ed.: 1871), pp. 105-107.

havia o “romance poético”, marcado por acontecimentos heróicos e pela afetação em prosa de “formas de estilo e as ideias geralmente reservadas à poesia”, como seria o caso de *Telêmaco* de Fenelon e de *Os Mártires*, de Chateaubriand.<sup>47</sup> Apoiando-se nos mais variados critérios — ora no assunto (de costumes), ora na finalidade/público que deveria atingir (de educação), ora no aspecto formal (poético), Manoel da Costa Honorato criava uma taxonomia para tentar dar conta de um gênero que, muito embora produzisse uma miríade de manifestações, se encontrava em franco processo de normatização. Talvez por essa razão, quando resolveu explicar aos alunos como escrever um bom romance deixou de lado todo esse emaranhado de espécies e concentrou-se em meia dúzia de regras. Em primeiro lugar, dizia, era necessário “inventar acontecimentos pouco ordinários, mas que sejam verossímeis”. Além disso, não se esquecer de, ao introduzir situações particulares, realizar pinturas do coração humano, “movimentos que o agitem, paixões que o tiranizem e prazeres ou penas que resultem deles”, sem, no entanto, reduzir a força da narração. Também conduzir a ação com rapidez, utilizando para isso um “estilo vivo” e variando as situações dos personagens. Estas, observava, deveriam ser naturais, assim como os caracteres deveriam ser bem delineados e sustentados até o fim. O desfecho, “conduzido naturalmente e por degraus”, deveria, por sua vez, resultar dos acontecimentos, sem a intervenção de personagens estranhas às já mencionadas do decorrer da obra. Os incidentes, observava, podiam ser utilizados, desde que verossímeis, ou seja, relacionados com o assunto e necessários ao seu desenvolvimento e destinados a despertar a curiosidade do leitor, “compensando sua impaciência de chegar ao fim das aventuras”. Finalmente, alertava: “Além dessas regras supramencionadas existe uma que é moral (...)”.<sup>48</sup>

Todo esse maquinário forjado por Costa Honorato durou muito pouco tempo em sala de aula, considerando-se que em 1882 seu compêndio foi substituído pelas *Lições de Retórica*, de José Maria Velho da Silva.<sup>49</sup> Assim como aquele que o antecederia na disciplina, Velho da Silva empenhou-se também em estabelecer as regras de composição do romance. Além de respeitar a moralidade na narrativa, afirmava, o autor deveria, necessariamente, prender a atenção do leitor. Essa arte, observava, só seria possível se as situações apresentadas fossem tão diversas quanto as dificuldades que deveria sofrer o protagonista. Para julgar o mérito de um romance cabia, ainda, verificar com cuidado se os caracteres haviam sido adequadamente construídos, mantendo o necessário contraste entre eles. Mas um bom romance, concluía, era aquele capaz de comover o leitor, objetivo atingido apenas pelas almas sensíveis, empenhadas também em dar uma lição moral aos homens. Mas esse não era o caso de muitos escritores:

<sup>47</sup> HONORATO, Manoel da Costa. Op. cit. p. 153.

<sup>48</sup> HONORATO, Manoel da Costa. Op. cit. p.152.

<sup>49</sup> Não há notícia sobre o programa e as obras adotadas em 1880.

Não dissimulemos todavia, que alguns escriptores esquecendo a utilidade que devem ter em vista nas composições, deleitando, instruído e corrigindo, têm empregado certas liberdades e licenças em suas narrações e no caracter de seus personagens, que tornam a leitura perigosa, ou insípida pelas pinturas infieis da sociedade. Estes escriptos pois, em lugar dos fins moralizadores que lhes são rigorosamente impostos, inspiram a dissipação dos costumes, e produzem tédio e desalento nos bons espíritos.<sup>50</sup>

Difícil não imaginar que José Maria Velho tivesse em mente os romances naturalistas que já se encontravam em voga no Brasil desse período. Sem fazer referência aos debates acerca da suposta imoralidade de seus exemplares, muitas vezes acusados de representar o que se considerava ser o pior da sociedade, o retor procurava reforçar uma concepção de romance que àquele momento era considerada ultrapassada por parcelas dos escriptores. Mesmo assim, era por meio de compêndios de retórica como o seu que o gênero se tornava objeto de uma prática de escrita em sala de aula. Com intenção de ensinar a escrevê-lo, Velho da Silva decompunha-o em três partes — narração, descrição e retrato —, procurando explicar cada uma delas aos alunos e chamar a atenção para as qualidades que deveriam possuir. A narração, afirmava, por ser uma espécie de “pintura em ação”, se distinguiu da descrição por seu “movimento dramático”. Por essa razão, deveria ser compreendida “como um drama que tem seu enredo, suas peripécias e seu desfecho”. A cada uma dessas partes cabia uma qualidade específica: à exposição, seria necessária clareza; às peripécias, vivacidade; e ao desfecho, verossimilhança.<sup>51</sup> Imerso no paradigma retórico de produção do discurso, Velho da Silva tentava aplicar ao romance as regras comumente utilizadas na composição dos gêneros discursivos tradicionais, que preconizavam três virtudes à execução de uma “narração oratória perfeita”: clareza, brevidade, verossimilhança. A “Descrição”, por sua vez, seria nada mais do que a “pintura de um objeto por meio de palavras”, cabendo-lhe “produzir no espírito uma impressão viva e tão verdadeira” a ponto de parecer ao leitor estar “vendo os próprios objetos”.<sup>52</sup> Quando aplicada a uma pessoa, a descrição constituiria um “Retrato”, ou seja, a pintura viva das pessoas em ação. Nesse caso, as qualidades necessárias seriam a “fidelidade” e o “interesse”, de modo que o leitor pudesse ter a sensação de ver-lhes o semblante e ouvir-lhes as palavras.<sup>53</sup> Foram essas virtudes que Silva Velho parece ter encontrado na biografia do Imperador Júlio César, retratado por Adolphe Thiers, membro da Academia Francesa de Letras e presidente da França no período de 1871 a 1873:

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 242.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 242.

<sup>52</sup> VELHO DA SILVA, José Maria. *Op. cit.* p. 243, nota 80.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

Modelo de retrato de Cesar por Thiers:

“Nascido com todos os talentos, bravo, altivo, eloquente, elegante, pródigo e sempre simples, porem sem cuidar no bom ou no mal; era seu único pensamento o ser bem sucedido na empreza em que Sylla e Mario haviam naufragado, isto é, em ser o senhor de sua pátria: Alexandre quis conquistar o mundo conhecido: César n’esta Roma que conquistou quase o mundo inteiro, não quis conquistar senão ela só. ...

Em fim, o caracter particular deste personagem extraordinário, grande político, grande orador, grande guerreiro, grande dissoluto sobre tudo, e demente sem bondade, será sempre ter sido o mortal o mais completo que tem existido sobre a terra”.<sup>54</sup>

Enquanto o retor oferecia aos alunos o retrato de Júlio César traçado por um homem de letras que ao longo de sua carreira não escrevera romance algum, dedicando-se especialmente a obras sobre a história da França, o mercado editorial brasileiro lançava, no ano anterior à primeira edição de seu compêndio, *O Mulato* de Aluísio Azevedo e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis.

À primeira vista, isso bastaria para desmerecer os esforços de Velho da Silva, bem como os de alguns de seus antecessores, no sentido de elaborar um discurso prescritivo, uma taxonomia e uma pedagogia da escrita sobre o romance. No entanto, esses esforços teóricos em relação ao gênero não tiveram similar em nenhuma das formas editoriais de destino escolar até o fim do século, incluindo-se nesse grupo as histórias literárias e os cursos destinados ao ensino da língua portuguesa. Assim sendo, pode-se dizer que, muito embora motivado pelo forte desejo de controlar um gênero que não cessava de se transformar, o discurso retor se configurou, em fins do século XIX, num importante espaço de formulação teórica sobre o romance, que só teria concorrente na imprensa periódica nacional.

Essa hegemonia teórica teve fim em 1892, quando a disciplina de retórica foi extinta.<sup>55</sup> A partir de então, o romance passou a fazer parte somente das aulas de língua portuguesa e da disciplina História da Literatura Nacional, que reinou incontestemente a partir da Proclamação da República. Apesar disso, em ambos os domínios sua aparição foi breve e, diríamos, sem o *glamour* esperado de um gênero que a essa época já contava com escritores consagrados, como Machado de Assis e José de Alencar.

Com a substituição do *Curso de Literatura* de Mello Moraes Filho pela *Anthologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Laet, o *corpus* de romances sofreu significativa redução. Nas três primeiras edições dessa obra, feitas respectivamente em 1895, 1896 e 1901 apenas Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar representaram o gênero. Ao

<sup>54</sup> Ibidem, p. 244.

<sup>55</sup> Em 1892 a disciplina não seria mais ministrada no Colégio Pedro II. Sobre o desenvolvimento do ensino de retórica no Brasil, bem como sobre sua extinção, conferir Acízelo de Souza, Roberto. Op. cit, p.43.



contrário dos Cursos de Literatura, Histórias Literárias ou Antologias adotadas pelo Colégio Pedro II que a antecederam, a *Antologia Nacional* excluiu um romancista muito prestigiado ao longo de todo o século XIX: Teixeira e Sousa. Quanto a Joaquim Manoel de Macedo, por muito tempo considerado um dos fundadores do romance nacional, pode-se dizer que sua inclusão fez-se sem o mesmo prestígio que o acompanhara nos compêndios escolares anteriores. Aos dados biográficos do autor, reduzidos ao local, data de nascimento e morte e à trajetória profissional, somaram-se comentários pouco elogiosos acerca de sua produção literária: romancista popular, afirmavam, “não se esmerava na forma”, “brilhando” como pintor dos costumes nacionais.<sup>56</sup> Tratamento diferenciado foi reservado a José de Alencar, cuja biografia foi acrescida de comentários de Araripe Junior, àquele momento crítico de renome no cenário nacional e autor de um perfil literário do romancista. Das considerações do crítico sobre Alencar, os autores da *Antologia* enfatizaram aquelas que lhe conferiam um lugar diferenciado em relação a Joaquim Manoel de Macedo:

Na opinião do sr. Araripe Junior, que conscienciosamente estudou a individualidade litteraria de José de Alencar, foi este um aristocrata das letras, em cujo estylo e maneiras, — tudo respirava reserva e não me toques do arminho. Desse estylo primoroso também com justiça se poude affirmar que José de Alencar não precisaria assingar o que escrevesse para ser logo reconhecido.<sup>57</sup>

Ao retrato do “aristocrata das letras”, cujo “estylo primoroso” seria tão pessoal a ponto de não precisar assinar seus textos “para ser logo reconhecido”, somava-se a consagração lançada justamente sobre o terreno institucional em que a obra de Carlos de Laet e Fausto Barreto se inscreviam — o da língua portuguesa: “Sabia a fundo a língua portugueza; mas, attacado por Castilho (José Feliciano) e outros rigoristas, sustentou a diferenciação do idioma no meio americano, e assim lançou as bases de uma escola, cujo fim seria a formação do dialecto brasileiro”.<sup>58</sup> José de Alencar, que inúmeras vezes reclamara da indiferença da crítica em relação a suas obras, por certo não imaginava que ao findar o século XIX seria erigido à condição de fundador do “dialeto brasileiro”, tendo dois de seus romances — *Iracema* e *O Guarani* — transformados em matéria escolar obrigatória a serviço da aprendizagem da língua.

Entretanto, todo o prestígio institucional acumulado pelo romance até então não se fez notar na última história literária adotada pelo Colégio Pedro II. Na *História da Lite-*

<sup>56</sup> BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *Anthologia Nacional* ou coleção de excertos dos principaes escriptores da língua portuguesa de 19 ao 16 século por (...) precedida de uma introdução grammatical entremeiada de breves noticias bio-bibliographicas. Refundição completa da Seleção Litteraria adoptada no Gymnasio Nacional e em outros estabelecimentos de ensino. Rio de Janeiro: Na livraria de J.G. Azevedo, editor. 1895, p. 13.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

*ratura Brasileira*,<sup>59</sup> de Silvío Romero, publicada em 1888 e adotada em 1892, o romance, ao contrário do que se poderia esperar, ocupou um lugar de pouco destaque, merecendo por isso duras críticas de José Veríssimo:

É de 1888 a publicação dos dois primeiros volumes da *História da Literatura Brasileira* do Sr. Silvío Romero. Vinha essa história desde o século do descobrimento até 1870. Não obstante ser, ainda antes de acabado, o livro mais completo sobre nossa história literária, e apesar de suas dimensões, havia nelle lacunas sensíveis, como o silêncio sobre o romance e o theatro, que justamente antes desta última época aqui nasceram e mais floresceram. Essa falta é grave, não só do ponto de vista chronológico, mas ainda do ponto de vista lógico.

Certamente o autor a emendaria, sem aliás poder mais sanar o que me parece um erro de método, nos seus subsequentes volumes, mas a obra, infelizmente, parou no segundo.<sup>60</sup>

A julgar pelas considerações de Silvío Romero, havia de fato a intenção de se debruçar sobre o gênero nos volumes posteriores da obra, pois antes de tratar dos poetas do período romântico, ele observava: “Não falo no romance e no drama que serão vistos depois; falo da poesia, cujo desenvolvimento foi mais normal”.<sup>61</sup> Em outro momento, voltaria a se referir ao gênero, tecendo a seguinte consideração: “Taes as principaes phases do romantismo brasileiro na poesia. No romance e no theatro hão tido entre nós uma espécie de desenvolvimento episódico e esporádico”.<sup>62</sup> Tenham sido ou não essas as verdadeiras razões pelas quais Romero não lhe dedicou atenção especial<sup>63</sup>, fato é que na última história literária do século a presença do romance reduziu-se a uma ou outra referência nos momentos em que apresentava a produção literária do romantismo. Pode-se dizer, portanto, que a participação do gênero no cânone literário proposto pelo discurso historiográfico mostrou-se, nesse fim de século, aquém do que se poderia esperar, consi-

<sup>59</sup> ROMERO, Silvío. *História da Literatura Brasileira*. 2ª edição melhorada pelo autor — tomo primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro editor, 1902, pp. 1-2.

<sup>60</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. In: *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907, pp. 1-2.

<sup>61</sup> ROMERO, Silvío. Op. cit. p. 10.

<sup>62</sup> ROMERO, Silvío. *História da Literatura Brasileira*. 2ª edição melhorada pelo auctor — tomo segundo (1830-1870). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro editor, 1903, p. 11.

<sup>63</sup> Há que se considerar que o recorte temporal do segundo tomo da *História da Literatura Nacional*, relativo ao período romântico, abordava o período de 1830 a 1870. Ainda assim não se pode dizer que o romance tivesse, a essa época, um desenvolvimento episódico e esporádico, uma vez que romancistas como Teixeira e Souza, Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar haviam publicado inúmeros romances, em virtude dos quais haviam se consagrado entre o público leitor e a crítica literária, figurando, inclusive, em material de destino escolar.

derando-se sua presença constante nas obras que anteriormente haviam sido adotadas pelo Colégio Pedro II.<sup>64</sup>

Mesmo que negligenciado por Silvio Romero, o romance chegou ao fim do século em grande estilo. Graças a sua apropriação pelas disciplinas e obras adotadas pelo Colégio Pedro II, não seria mais possível afirmar que se destinava tão somente às mulheres ou às classes incultas da sociedade, afinal tornara-se objeto de estudo dos alunos do mais importante colégio do século XIX. Também não seria possível afirmar que se destinava tão somente à moralização do leitor, pois auxiliara o projeto de construção da nacionalidade, servindo ao ensino do vernáculo e ao desvelamento daqueles que se acreditava serem os usos e costumes da nação.

### Writing and reading novels in school

**Abstract:** This article focuses on the process of adoption of the genre novel in Brazil's Educational System during the 19th century, taking as parameters the curriculum of the school Colégio Pedro II and the books written and/or adopted by its teachers in the period between 1860 and 1900. It aims to understand how this genre was dealt with by the academic subjects and editorial forms of that institution through the analysis of Treatises on Rhetoric, Literature Courses and Histories of Literature.

**Keywords:** Novel. 19<sup>th</sup> Century. Schooling.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia Azevedo de. *Os caminhos dos livros*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 1. ed., 1873. Disponível em [www.virtualbooks.com.br](http://www.virtualbooks.com.br).

AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias da consagração: discursos da crítica sobre o romance no oitocentos*. Tese (doutorado). Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2006.

BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *Anthologia Nacional* ou coleção de excertos dos principaes escriptores da língua portuguesa de 19 ao 16 século por (...) precedida de uma introdução grammatical entremeciada de breves noticias bio-bibliographicas. Refundição completa da Seleção Litteraria adoptada no Gymnasio Nacional e em outros estabelecimentos de ensino. Rio de Janeiro: Na livreria de J.G. Azevedo, editor. 1895.

---

<sup>64</sup> Apesar disso, o programa da disciplina de História da Literatura Nacional previa, em 1892, o ensino do gênero no Brasil, bem como de seus principais representantes. Cf. Acízelo de Souza, Roberto. Op. cit., p. 191.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: *Pesquisas de Retórica*. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

CALDAS AULETTE, F. Julio. *Selecta nacional*: Curso pratico de litteratura Portugueza. Primeira Parte por F. Julio Caldas Aulette, professor do Lyceu Nacional de Lisboa e deputado as cortes em diferentes legislaturas, etc. Approvada para uso das escolas primarias e dos lyceus nacionaes. (Diário do Governo 9 de marco de 1876) Segunda edição augmentada. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira editor, 1876.

CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições Elementares de Eloquência Nacional*. 6ª edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1861.

HONORATO, Manoel da Costa. *Compendio de Rhetorica e Poética*. 4. ed., consideravelmente augmentada. Adaptado ao Programa do Imperial Colégio Pedro II pelo cônego (...). Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita, 1879.

HONORATO, Manoel da Costa. *Synopses de Eloquência e Poética Nacional* acompanhadas de algumas noções de critica litteraria extrahidas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira por Manoel da Costa Honorato, professor de Oratória e Poética cônego honorário da Cathedral e Capella Imperial, bacharel formado em Ciências Sociais e jurídicas pela faculdade de Direito de Recife (..) Rio de Janeiro, Typ. Americana de Eduardo Augusto de Oliveira, 1870.

JEY, Martine. *La littérature au lycée*: Invention d'une discipline (1880-1925). Metz: Université de Metz, 1998.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *A Moreninha*. São Paulo: Ática, 1986.

MENEZES VIEIRA. *Pontos de retórica e poética* segundo o programa do Imperial Collegio Pedro II e doutrinas dos srs. Freire de Carvalho e Borges de Figueiredo por ... RJ Typ. E Lith. Esperança de Santos e Vellozo, 1868.

MOISAN, Clément. *Qu'est-ce que l'histoire littéraire?* Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Litteratura Nacional*. Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862.

PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Postillas de Rhetorica e Poetica*, dictadas aos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II pelo respectivo professor [...]. 3. ed., revista e melhorada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885. (1. edição: 1871).

PINHEIRO, Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de Historia Litteraria*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. 2 vols.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Vicentina. *Guanabara*, revista mensal, artistica, scientifica e litteraria redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de

Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, p. 17-20, março de 1855.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura*. Tese de doutorado. UNICAMP: IEL, 2000.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 2. ed., melhorada pelo autor — tomo primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro editor, 1902.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 2. ed., melhorada pelo autor — tomo segundo (1830-1870). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro editor, 1903.

SILVA, Pereira da. Prólogo In: SALLES, Germana Maria Araújo. *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. 2003. Tese (doutorado). Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2003.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

VELHO DA SILVA, José Maria. *Lições de Rethorica para uso da mocidade brasileira pelo doutor...* Rio de Janeiro: Typ. da escola de Serafim Alves, 1882.

VERÍSSIMO, José. História da Literatura Brasileira In: *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907, pp. 1-2.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário: História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. (1. ed.: 1862).